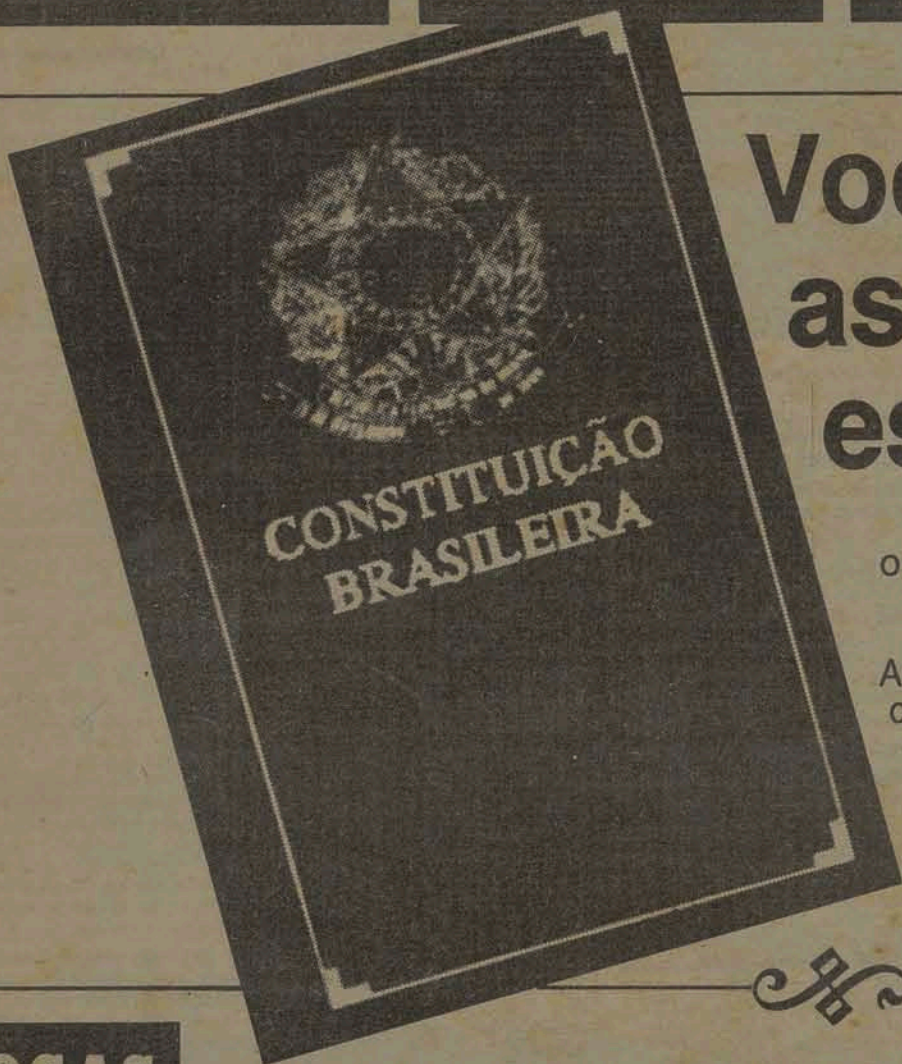


ZERO

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 1987



Você quer assinar esta carta?

Se você é contra: *lobbies*, o monopólio das comunicações, a censura, as concessões clientelistas de canais... Assine a proposta de dispositivo constitucional dos profissionais de comunicação. A liberdade de expressão agradece

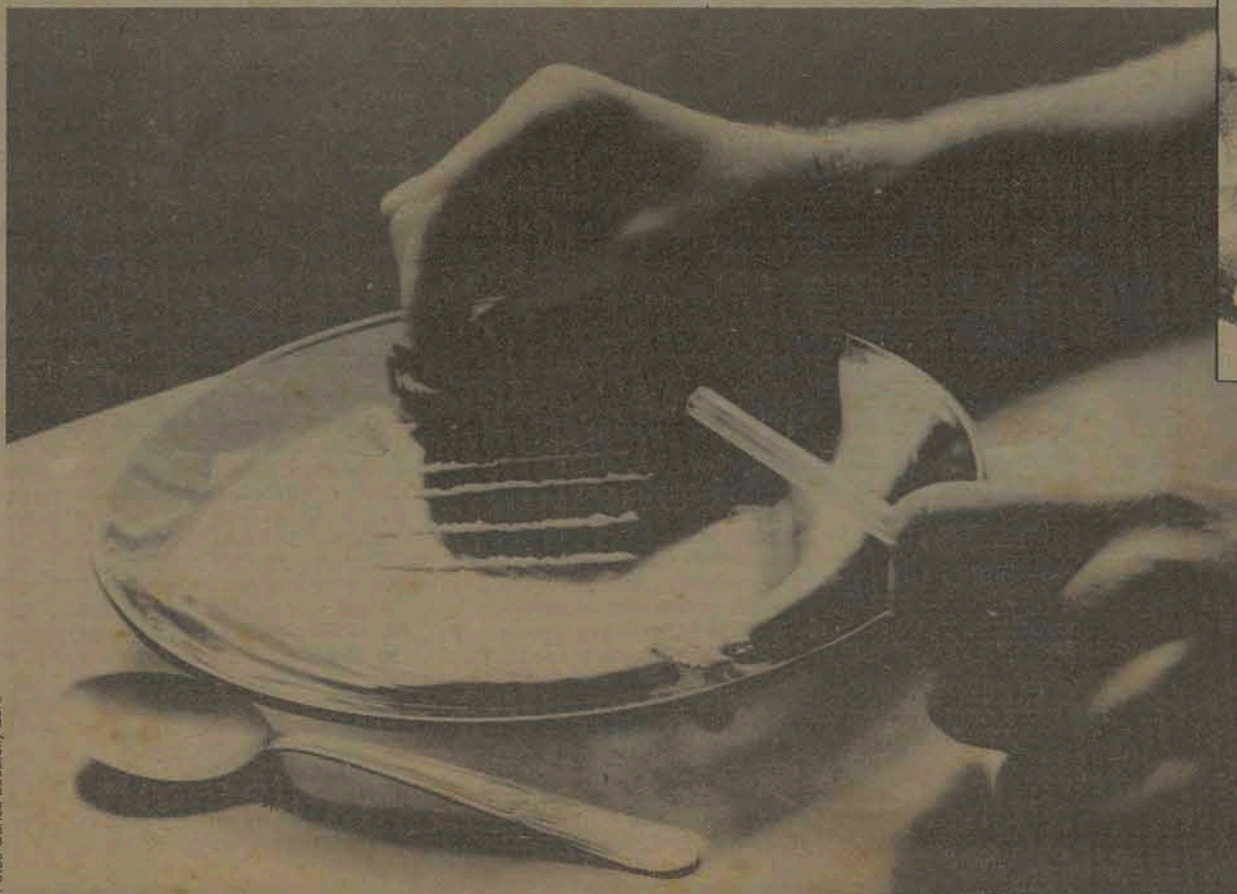
Na página dois



DROGAS

Quatro visões de um problema eterno

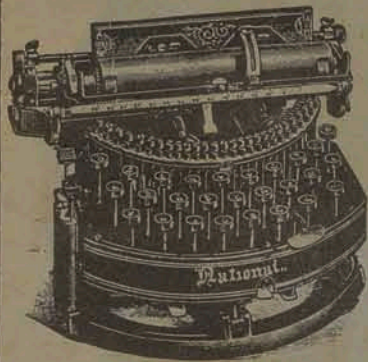
Na central



Fotos: Carlos Locatelli/Zero



Tom Mix inspira combate aos tóxicos



Liberdade de expressão!

É o que quer o País: ampla e irrestrita

"A democratização dos meios de comunicação é condição fundamental para a construção de um regime efetivamente democrático no Brasil, em que os diversos segmentos da sociedade, independente de suas convicções políticas, possam livremente se expressar. Queremos garantir o pluralismo e preservar a diversidade cultural. Queremos pôr fim à censura, inclusive àquela determinada pelos donos dos jornais, revistas, rádios e televisões. Queremos que a informação deixe de ser tratada como se fosse uma mercadoria e passe a ser encarada como um bem social. Queremos que a liberdade de expressão no Brasil não se limite à liberdade que os empresários de comunicação têm de defender seus próprios pontos de vista. Queremos garantir o amplo acesso aos veículos de comunicação e a participação direta dos setores organizados da sociedade civil na definição de uma política democrática de comunicação".

E assim que a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) introduz sua proposta de dispositivo constitucional, apoiada por diversas entidades representativas da sociedade, que dispõe sobre "o direito à comunicação, a natureza e o acesso aos veículos de comunicação e cria o Conselho Nacional de Comunicação". A proposta introduzida em parte, no relato da subcomissão, necessita agora do apoio da sociedade civil, representada na campanha de assinaturas que lançamos aqui para ser enviada à Assembleia Nacional Constituinte até os primeiros dias de agosto. Em Florianópolis você pode procurar a lista no Curso de Jornalismo (UFSC). A seguir transcrevemos a íntegra da proposta de dispositivo constitucional:

I - Do direito à comunicação

Art. - A comunicação é um bem social e um direito fundamental da pessoa humana e a garantia de sua viabilização é uma responsabilidade do Estado.

Art. - Todo cidadão tem direito, sem restrições de qualquer natureza, inclusive do Estado, à liberdade de opinião e expressão e este direito inclui a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e idéias por qualquer meio.

Art. - Aos cidadãos, através de instituições representativas é assegurado o direito de participar da definição das políticas de comunicação.

Art. - A comunicação deve estar a serviço do desenvolvimento integral da Nação, da eliminação das desigualdades e injustiças e da independência econômica, política e cultural do povo brasileiro.

Art. - A imprensa, o rádio, a televisão, os serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio, serão regulados por lei, atendendo às suas funções sociais e tendo por objetivo a consecução de políticas democráticas de comunicação no País.

Art. - Fica definido que os serviços de telecomunicações e de comunicação postal são monopólio estatal, tendo como princípio o atendimento igual a todos.

II - Da natureza dos Veículos de Comunicação

Art. - Os veículos de comunicação, inclusive os meios impressos, serão explorados por fundações ou sociedades sem fins lucrativos.

Art. - A administração e a orientação intelectual ou comercial das pessoas jurídicas mencionadas neste artigo são privativas de brasileiros natos.

III - Do Conselho Nacional de Comunicação

Art. - Fica instituído o Conselho Nacional de Comunicação, com competência para estabelecer, supervisionar e fiscalizar políticas nacionais e comunicação, abrangendo as áreas de imprensa, rádio, televisão e serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio.

Art. - Compete ao Conselho Nacional de Comunicação a outorga, renovação e revogação das autorizações e concessões para uso de frequência e canais de rádio e televisão e serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio.

Art. - O Conselho Nacional de Comunicação é composto por 15 (quinze) brasileiros natos em pleno exercício de seus di-

reitos civis, sendo 2 (dois) representantes de entidades empresariais, 5 (cinco) representantes de entidades representativas de profissionais da área de comunicação, 7 (sete) representantes de entidades de categorias profissionais e de setores populares e 1 (um) representante de instituição universitária.

Art. - As entidades integrantes do Conselho Nacional de Comunicação serão designadas pelo Congresso Nacional, para mandato de 2 (dois) anos observado o previsto em lei.

Art. - Os representantes das entidades integrantes do Conselho Nacional de Comunicação não poderão exercer mais de um mandato consecutivo.

Art. - Para viabilizar o desempenho das funções do Conselho Nacional de Comunicação, a União destinará ao órgão uma parcela da arrecadação de impostos e taxas previstos em lei.

Art. - O Conselho Nacional de Comunicação poderá fazer repasses do seu orçamento aos órgãos de execução e fiscalização que, na forma da lei, forem criados para implementar suas decisões.

Art. - Ficam criadas as seções estaduais do Conselho Nacional de Comunicação, em cada unidade da Federação, integradas por 15 (quinze) brasileiros natos em pleno exercício de seus direitos civis, indicados por entidades da mesma natureza das integrantes do Conselho Nacional, a serem designadas pelas Assembleias Legislativas para um mandato de dois anos.

Art. - Compete às seções estaduais do C. N. de C., a supervisão e fiscalização da execução das políticas de comunicação em âmbito regional.

Art. - A lei regulamentará as atribuições e o funcionamento do C. N. de C., bem como os critérios da função social e ética do rádio e da televisão.

IV - Da Democratização e Acesso aos Veículos de Comunicação

Art. - Em cada órgão de imprensa, rádio e televisão será constituído um Conselho Editorial, com membros eleitos pelos profissionais de comunicação, incumbido de definir a linha de atuação do veículo.

Art. - Os partidos políticos, as organizações sindicais, profissionais e populares, têm direito

à utilização gratuita da imprensa, do rádio e da televisão, segundo critérios a serem definidos por lei.

Art. - É garantido a qualquer cidadão ou entidades, o direito de resposta, na forma da lei.

Art. - Nos períodos eleitorais os partidos têm direito a tempos de utilização do rádio e da televisão, regulares equitativos, na forma da lei.

V - Dos Serviços de Radiodifusão

Art. - Dependem de concessão ou autorização da União, outorgadas em caráter precário, através do C. N. de C., atendidas as condições previstas em lei:

§ - O uso de frequência de rádio e televisão.

§ - A instalação e o funcionamento de televisão direcional e por meio de cabo.

§ - A instalação e o funcionamento de outros serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio.

§ - A retransmissão pública, no território nacional, de rádio, televisão e dados via satélite.

Art. - O Conselho Nacional de Comunicação mandará publicar, anualmente, as frequências disponíveis em cada unidade da federação e qualquer um poderá provocar a licitação.

Art. - As concessões ou autorizações só poderão ser suspensas por sentença fundada em infração definida em lei, que regulará o direito à renovação.

Art. - Com a finalidade de impedir a concentração de propriedade dos meios de comunicação, fica estabelecido que cada concessionário poderá ser titular de apenas uma autorização ou concessão para execução de serviço de rádio, televisão e serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio.

Art. - Os concessionários que acumularem mais de uma autorização ou concessão para execução de serviço de radiodifusão deverão optar pela execução de um dos serviços objetos de autorização ou concessão, devendo os demais ficar disponíveis para redistribuição através de licitação pública.

Art. - Fica vedado o controle indireto das autorizações e concessões para execução de serviços de radiodifusão por terceiros e concessão.

ZERO

Jornal laboratório do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina

Edição e supervisão: Professores Henrique Finco, Sonia Maluf e Ricardo Barreto

Textos: Dauro Veras, Maria Cristina Yoshizato, Monique Van Dressen, Denise Bezerra, Caê G. de Castro, Paula Remísio, Carlos Locatelli, Maria Teresa Cordeiro, Milene Corrêa, Francisco Lins, Clarissa Santos, Ana Lavratti, Rubens Chaves Vargas e Analú Zidko

Fotografia: Carlos Augusto Locatelli

Ilustração: Frank Maia
Diagramação: Carol Pereira, Monique Van Dressen, Ney Pacheco, Ivan Santos, Marcos Cardoso e Simone Müller

Edição gráfica: Ricardo Barreto

Montagem: Vauremberg
Composição e impressão: Empresa Editora O ESTADO

Correspondência: Caixa Postal 472, Departamento de Comunicação e Expressão, Curso de Jornalismo, Florianópolis, SC

Telefone: (0482) 33-9215
Telex: (0482) 240 BR
Distribuição gratuita
Circulação dirigida

FENAJ protesta contra a censura

CARLOS LOCATELLI

Utilizando mecanismos da ditadura militar, o governo federal vem coibindo o trabalho da imprensa na cobertura da Assembleia Nacional Constituinte. A censura voltou com força total, impedindo entrevistas, dificultando o trânsito de jornalistas no Palácio do Planalto e discriminando noticiários veiculados pela Radiobrás e Funtevê. O próprio presidente da República engajou-se nessa campanha, proibindo o acesso dos jorna-

listas credenciados ao terceiro andar do Palácio do Planalto. As pressões não se limitaram às estações do governo, mas também a emissoras privadas, visando principalmente os programas de debates políticos.

A Federação Nacional dos Jornalistas, através de seu presidente Armando Rollemberg, e Carlos Max Torres, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, enviaram um telex ao presidente Sarney exigindo o fim da censura. No texto, as entidades relatam casos como o do jornalista Carlos Chagas, que teve sua participação no programa Jornal da Constituinte vetada

pelo presidente da Radiobrás. Sob o tema *notícia a favor*, os debates foram proibidos pela Radiobrás, que, inclusive, rescindiu o contrato que mantinha com a Apoio Vídeo, produtora do Jornal da Constituinte. A TV Educativa não foi poupada, e seu programa de debates 1987, foi suspenso por ordem direta do ministro da Educação, Jorge Bornhausen. Outra denúncia relatada do telex, foi a de que o programa *Opinião Pública*, da TV Brasília, cancelou uma entrevista programada com o general Andrada Serpa, cedendo a ameaças de corte na publicidade, feitas diretamente pelo titular da Secretaria de Comuni-

cação Social da Administração Federal. O jornalista Mino Carta, da TV Record, numa atitude de coragem e dignidade profissional, demitiu-se ao ser informado das pressões feitas por Antonio Carlos Magalhães, ministro das Comunicações, junto à direção da empresa, para censurar o programa *Jogo de Cartas* por ele dirigido.

O texto finaliza condenando as atitudes dos falsos jornalistas que se travestem de censores e exige uma total transparência dos atos governamentais; condição básica para a democracia que todos querem ver instaurada no país.

“Só temos liberdade de empresa”

Lobby derruba tentativas dos jornalistas por uma imprensa livre

DAURO VERAS

“O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, pressionou dois deputados a mudarem o voto, para derrubar o projeto de democratização dos meios de comunicação na Constituinte”, denunciou o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Armando Rollemberg, que esteve em Florianópolis no dia 2 de junho a convite do Movimento de Oposição Sindical M.O.S. dos Jornalistas.

Apresentada à subcomissão de comunicação social da Assembleia Constituinte pela deputada Cristina Tavares Correia (PMDB-PE), a proposta é baseada na seguinte premissa: a informação deve ser considerada como um bem público, não devendo ser manipulada como

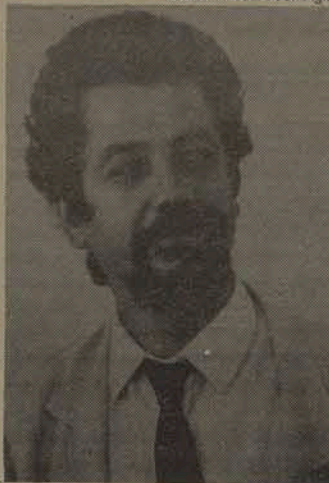
mercadoria. O interesse coletivo deve se sobrepor ao interesse particular. ele foi elaborada pela Fenaj e pela Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, após ampla consulta aos vários segmentos da sociedade e à categoria.

“O governador de Minas ameaçou os deputados federais Aloísio Vasconcelos e Roberto Vital (ambos do PMDB de MG), dizendo que se eles não votassem contra o projeto, veriam rolar cabeças — as suas mesmo. Com isso modificaram a postura anunciada de apoio à proposta, e ela foi derrotada”, disse Rollemberg. Ele citou também quatro constituintes que votaram contra, em causa própria, por serem proprietários de meios de comunicação em massa: José Elias (PTB-MLS), Arnoldo Fioravante (PDS-SP), Rita Furtado (PFL-RO) e José Carlos Martinez (PMDB-PR).

ARMA POLÍTICA

A proposta que foi rejeitada pela subcomissão tem basicamente cinco pontos. O primeiro deles é a criação do Conselho Nacional de Comunicação Social, com 15 integrantes oriundos de entidades civis, designados pelo Congresso Nacional. Este Conselho teria o mandato de dois anos e a atribuição de definir a política para o setor, inclusive passando a ter a prerrogativa de conceder canais de

Foto/André Dusek/Agil



Rollemberg: mais assinaturas

rádio e televisão — o que atualmente é privilégio do presidente da República. “A concessão tem que deixar de ser moeda de tráfico político”, diz o presidente da Fenaj, lembrando que o presidente João Figueiredo, em seu governo, destinou 40% das concessões de rádio e TV do país a grupos que pouco ou nada têm a ver com os interesses populares. Um exemplo claro é Tarcísio Maia, representante da poderosa oligarquia Maia, do Rio Grande do Norte. Ele ganhou oito concessões de rádio, como forma de favorecimento político.

Outro ponto é a desconcentração da propriedade no campo das comunicações. Nenhuma

pessoa física ou jurídica poderia ter a concessão de mais de uma canal de rádio ou TV. Isto traria uma série de vantagens, como o combate à massificação, e uma maior ênfase aos valores regionais, também diminuindo o poder de manipulação de informações. “Não faz sentido uma pessoa do interior de Pernambuco falar com sotaque de Ipanema”, acha Rollemberg. Ele ressalta que a intenção não é impedir a transmissão em rede — fato inevitável em um país de dimensões continentais como o Brasil — e sim desconcentrar a propriedade no setor, favorecendo as transmissões regionais.

Sobre os rádios livres, a Fenaj não tem posição oficial, mas acredita que, dentro de uma política de democratização, é preciso que a sociedade tenha acesso a elas. “Isto teria que ser regulamentado, é óbvio. Uma rádio livre funcionando ao lado de um aeroporto, por exemplo, poderia interferir de forma perigosa com as operações de voo”.

SATÉLITE

O projeto prevê a criação de conselhos editoriais em todos os meios de comunicação de massa, de forma que os profissionais da área possam discutir e deliberar sobre a linha do veículo. “Não existe liberdade de imprensa no Brasil, e sim de em-

presa”, diz o jornalista. Esses conselhos editoriais ficariam responsáveis pelo processo de produção e difusão de informação, impedindo que a mesma fosse manipulada.

Outro item importante: o direito de antena, ou seja, a ampliação do direito de resposta a todo cidadão que se sinta atingido por informações divulgadas por veículos de comunicação de massa. A resposta poderia ser transmitida da mesma forma, com o mesmo destaque.

O quinto ponto é o monopólio estatal dos sistemas postais, de telecomunicações e de satélites. Rollemberg chama a atenção para o fato de que dois grandes grupos — a Rede Globo e o Bradesco estão fazendo manobras para conseguir a privatização do uso dos satélites de comunicação, e isto é um atentado à segurança nacional.

O projeto foi derrotado na subcomissão de comunicação, mas a luta prossegue. A intenção da Fenaj e da Frente é levá-lo às ruas o mais rápido possível, e recolher assinaturas para reapresentar proposta no plenário da Constituinte. Resta agora mobilizar a sociedade, despertando as pessoas para a importância vital da democratização da comunicação. Vamos torcer para que os “representantes do povo” não se prostituam mais uma vez.

Crise no Sul demite mais de 600

A imprensa do Rio Grande do Sul está atravessando uma crise bastante séria, e corre-se o risco do agravamento do monopólio da informação nas mãos da RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações), grupo poderoso cuja televisão é afiliada à Rede Globo. Mais de 600 profissionais já foram demitidos pelas cinco principais empresas gaúchas - Grupo Caldas Júnior, Rede Pampa, RBS, Rede Bandeirantes e TV Educativa. A situação em Porto Alegre é tão grave que os sindicatos dos jornalistas, radialistas e administrativos - agora transformados em um sindicato único - estão apelando aos empresários e anunciantes desses veículos para que mandem telegramas aos proprietários exigindo a manutenção da qualidade da programação, já que disso depende a audiência do público, e a venda de seus próprios produtos anunciados.

Uma das providências mais radicais foi tomada pela direção da Caldas Júnior, que edita o Correio do Povo e detém a Rádio e a TV Guaíba. O proprietário, Renato Ribeiro, inovou totalmente, reduzindo o tamanho do centenário Correio do Povo, que era *standard*, para um tablóide com 16 páginas, três centímetros menor que o tamanho oficial, nas cores azul e preto. Além disso, iniciou a distribuição gratuita de 200 mil exemplares a seus assinantes, e a meta é chegar a um milhão. O Correio do Povo também está sendo vendido em algumas bancas, pela metade do preço dos outros jornais. Mais de 60 jornalistas já foram demitidos com a mudança, e os programas de produção local da TV Guaíba - inclusive os de jornalismo - foram extintos. O telejornal agora se limita à leitura de telex vindos de agências de

A crise no RS reduz os anúncios. Os jornais cortam as vagas. Retorna o fantasma do monopólio

notícias, e teipes cedidos pelo governo do estado.

A Rede Pampa, que investiu em programação jornalística há pouco mais de um ano, tanto na TV como no rádio, empregando cerca de 100 novos pro-



Correio: agora tablóide

fissionais, simplesmente decidiu fechar o departamento de jornalismo da rádio. A alegação? Prejuízo mensal de Cz\$ 1 milhão, por causa dos juros bancários. Somente na redação

do jornal Zero Hora, que é o de maior tiragem e maior número de leitores, 20 repórteres já foram para a rua. O Diário do Sul, editado pela Editora Gazeta Mercantil é o único que não demitiu ninguém até agora, mas os salários vêm sofrendo atrasos.

A crise ameaça se alastrar a Santa Catarina e a outros estados. Promover a alta rotatividade de jornalistas com um baixo piso salarial de ingresso, este é o principal objetivo das grandes empresas. Elas pretendem economizar demitindo mais gente, e aproveitando-se do grande número de desempregados para pagar cada vez menos a quem estiver entrando. Uma das lutas prioritárias da categoria, hoje, é pela estabilidade de emprego, concessão que está sendo difícil de arrancar na mesa de negociações, e também o será na Justiça.

O mago da tela fala de sua pintura

DENISE BEZERRA

Apesar das demolições dos antigos prédios de Florianópolis, que as imobiliárias insistem em substituir por prédios horrorosos de concreto, existe um mago chamado Aldo Beck, que pinta em seus quadros o que está sendo destruído e magicamente não deixa que morra a memória de nossa cidade. Aclamado por muitos e ignorado por alguns, Aldo Beck é o único artista no estado que se dedica à preservação iconográfica da arquitetura colonial de Florianópolis. Em seus quadros podemos ver como foi a cidade antes dos aterros e demolições, que a descaracterizaram muito.

Homem simples e sensível, Aldo Beck pinta desde 1947, mas desenha desde criança. Fiel ao impressionismo, é autodidata em desenho, óleo, aquarela, xilogravura e nanquim. Já fez inúmeras exposições, inclusive em São Paulo e Curitiba, mas garante que não vai expor mais. O motivo? Fica muito nervoso com a expectativa.

É um mestre da arte; que nasceu e vive em Florianópolis, mas que há apenas dois anos recebeu o merecido reconhecimento. Muitas lições estão contidas nessa verdadeira demonstração de amor em forma de arte com que Aldo Beck homenageia a Florianópolis atual.

Z — Como começou sua carreira?

AB — Nunca entrei em escola de pintura e comecei a desenhar quando ainda era criança. Como a escola não dava muito tempo, desenhava nos finais de semana. Mais tarde passei para a aquarela. Com a aposentadoria é que eu pude me dedicar inteiramente à pintura.

Z — Por que a preferência pela arquitetura de Florianópolis?

AB — Comecei a observar que os antigos edifícios estavam desaparecendo e resolvi fazer uma documentação histórica. Com o progresso, a cidade foi um pouco prejudicada e no lugar dos prédios antigos existem só caixas de cimento. Acho que deviam preservar mais.

Z — Você teve o apoio necessário?

AB — Sim. Fiz muitas exposições, até em outros estados. Apenas uma vez me senti desestimulado e parei completamente por mais ou menos quatro anos, devido às críticas que recebi. A crítica tanto pode ajudar como pode prejudicar e foi o que aconteceu na época. Hoje podem falar o que quiserem, pois eu pinto por prazer.

Z — E quanto aos artistas catarinenses de hoje, qual a sua preferência?

AB — Gosto muito do trabalho de Vera Sabino, Átila e Prético.

Z — Santa Catarina tem público para este tipo de arte?

AB — O meio de cultura evoluiu bastante em todo o estado. Blumenau, Joinville e até Tubarão já têm seus artistas e seu público.

Z — Hoje, um artista consegue viver da pintura em Santa Catarina?

AB — Já foi pior, mas não em muito apoio. Quem está começando agora não consegue mesmo. É mais fácil do que antigamente, até para fazer exposições, mas ainda falta apoio.

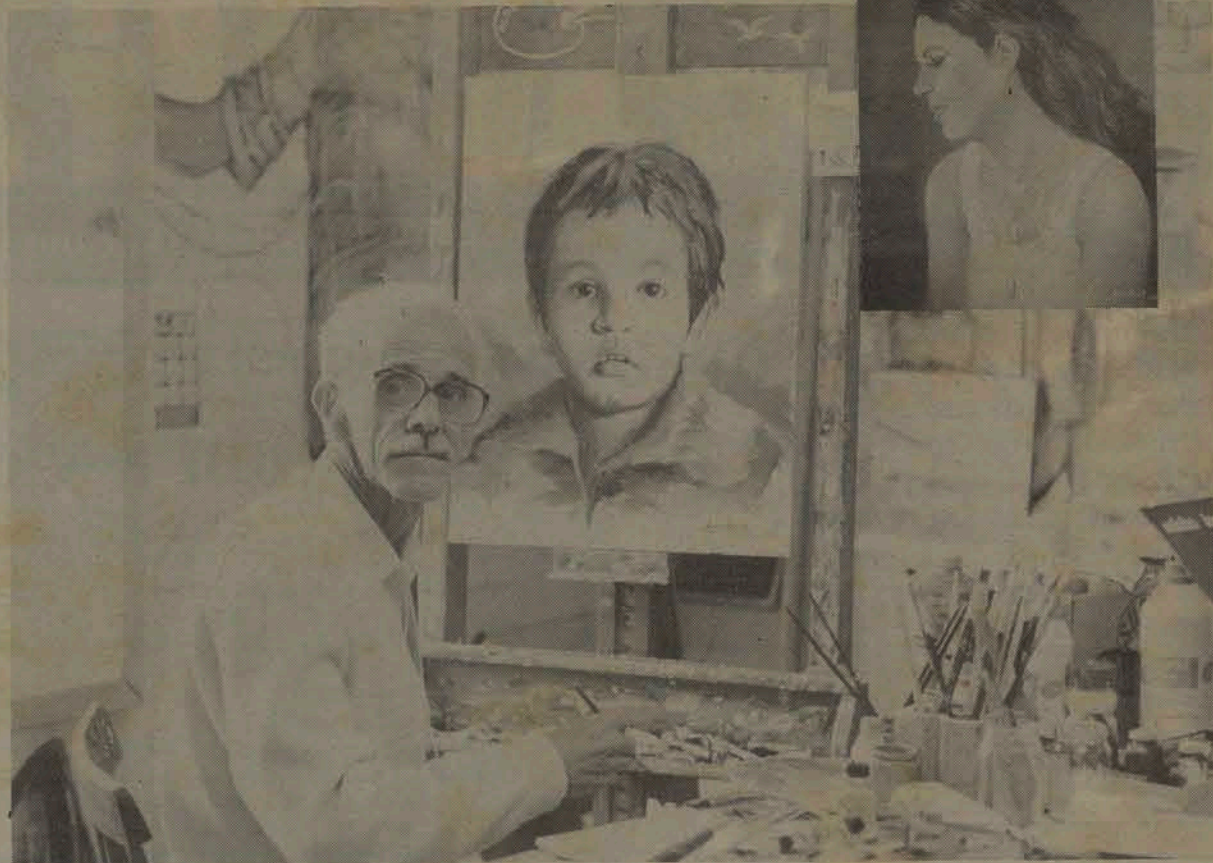


Foto-Arquivo Aldo Beck

Barreiras da criação em vídeo

MARIA T. S. CORDEIRO

A novidade do vídeo já faz parte da rotina dos produtores dos grandes centros, mas em Florianópolis, capital do sol e do mar (que com certeza dão "altas cenas", como dizem os mais fissurados por imagem) fazer vídeo é um grande desafio.

Produzir aqui ainda implica em ter que enfrentar muitas dificuldades pois, como em todas as outras atividades culturais, o maior problema é a falta de apoio dos órgãos governamentais e eventualmente, de empresas privadas. Mas estas dificuldades não amedrontam quem realmente está a fim de ver numa fita de VHS suas idéias.

Na área de vídeo em publicidade, o problema não passa só pela falta de apoio, mas principalmente pelo "pão-durismo" das agências de propaganda. Janise da Veiga, gerente da Cena 1, produtora de vídeo, afirma que as agências querem um produto final de ótima qualidade, mas sua preocupação maior se concentra no orçamento. "Elas (as agências) investem muito mais na mídia, porque o retorno financeiro é rápido", diz Janise. A parte que exige mais recursos é a produção de VT que é a locação do estúdio e equipamento de edição. Tudo isso quem faz são as emissoras de TV que possuem o equipamento, o que torna mais cara a produção.

Na área de vídeo em cinema, a história é outra: a intenção maior não é ganhar dinheiro e sim mostrar o trabalho. Charles da Silva, um dos novos participantes e produtores de vídeo em Florianópolis explica:



"No cinema, o pessoal tá preocupado em mostrar o trabalho. No começo só tem dinheiro para fazer curtametragem".

O pessoal que faz vídeo independente usa material em VHS. O ideal é usar U-MATIC, mas é muito caro. Entre os trabalhos já realizados na ilha, vários deles até já participaram de festivais: "Loba", "Duende" (que vai sair ainda), "O Espelho", "Política das Cores" (roteiro de Mauro Faccioni, direção de Angelo Sganzerla, feito para o Partido Verde). As produções de vídeo também estão começando a ser usadas para despertar a atenção da população para os problemas e para o folclore de algumas comunidades do interior da ilha, como é o caso de um grupo de Sambaqui que está fazendo um filme sobre as lendas e magias do lugar.

Charles revela que "todo mundo que trabalha na área de vídeo e cinema tá junto". E esta união só conta

ponto a favor do pessoal. O que importa mesmo é que tenha bastante gente a fim de fazer vídeo em Florianópolis, só que poucas pessoas têm algum conhecimento técnico adequado, então a solução é promover um curso de cinema para que este grupo possa ter acesso a várias informações e partir com mais conhecimento para campo", sugere.

Mas no fundo, tem uma coisa: tudo é poesia, desde pintura passando por fotografia até cinema também, por que não?

SISTEMAS

Os sistemas usados na produção de vídeo são: VHS, U-Matic e Betamax. As diferenças principais entre eles estão na qualidade da imagem e no custo do equipamento.

O VHS (Vídeo Home Sistem) é o vídeo caseiro, a qualidade da imagem é inferior à do U-Matic e ao Betamax. Porém, o equipamento é mais barato, menor e a disponibilidade de fitas no mercado das locadoras é mais ampla. Já o equipamento de U-Matic é profissional e bem mais caro. A qualidade de imagem, no entanto, é melhor, a bitola é maior e suas câmaras trabalham, com três tubos de imagem. O Betamax, que é fabricado apenas pela Sony tem menos opções de filmes, mas o equipamento é mais barato e também é caseiro, como o VHS.

MERCADO

Os produtores independentes em Florianópolis não vivem apenas de filmes. As opções de trabalho são inúmeras, como a gravação de festas (casamentos, aniversários, etc) e trabalhos relacionados com os departamentos de relações humanas das empresas (treinamentos). Outra opção é a gravação de vídeo-clips de grupos musicais locais.

Poemas/Monique Van Dressen

Sem poesia

Não tem mais canoa quebrada
Não tem mais ninguém em meu quarto
Nem bilhete na janela perguntando aonde eu quero chegar.
Não tem mais poesia no caderno
Nem certeza, nem tinta no chão.
Não tem mais sonho de valsa
Nem sonho de samba
Nem sonho nenhum.

A busca

Minha mãe me diz que eu sou tão equilibrada...
É nesta corda que eu vou,
procurando em cada neo ou meta
o rosto que vai me jogar no chão.
E cada vez que eu saio de preto do
não é sério
Estou só brincando de ser desenvolvida...

Existe a alma brasileira?

MILENE CORRÊA

Falando em símbolos nacionais, não o selo, o escudo ou a bandeira, mas o samba (que alguns desavisados insistem em confundir com "rumba", e que o diga Zé Carioca), a feijoada e o candomblé, vem-me à cabeça a questão da legitimidade dos seus significados enquanto verdadeiros símbolos nacionais. Ora, se perguntarmos sobre a origem destes símbolos, veremos que os seus criadores são exatamente os negros, aquela raça desclassificada, base e braço econômico do nosso Brasil-colônia e, atualmente, base subestimada (aliás, sempre o foram) do nosso Brasil-ainda-colônia. Se o perigo das manifestações coletivas dos negros já não existe, e se elas já não afetam o sistema político e social do país, devemos isso a mais um tiro certo da nossa classe dominante que, ao se apropriar da cultura negra e marginalizada, não o fez por outros motivos que não o de mantê-la sob controle e, também, pela sua incontestável falta de originalidade e raízes, que a impossibilitariam de criar uma cultura própria e significativa, mesmo que para isso tivesse um "Horário Cultural Gratuito".



Que todos nós temos, "lá no fundinho", um pouco de sangue negro, é verdade. Mas também é verdade que temos, "lá no fundinho", um pouco de todos (ou quase todos) os sangues: o italiano, o alemão, o português, o índio, o francês. Acaso a polenta, a cerveja, o fado, as penas ou a Estátua da Liberdade seriam símbolos dignos da nossa nacionalidade? Acredito que esse nacionalismo barato, que hoje toma forma alienante, mas que tem fundo essencialmente político, seja mais um escudo (não símbolo) para que a elite se projete da negritude, do que o líquido mágico da fusão das culturas e raças.

Se o Brasil é vendável (talvez, um dia, venha a ser viável também), muito tem contribuído para isso a exportação do "nosso" samba, da "nossa" feijoada, do "nosso" Carnaval e de outros "nossos" que não são bem assim, até do "nosso" futebol (que não é mais aquele). Será que os negros, "nossos" negros, estariam dispostos a vender suas almas (suas armas), tendo em vista a sua subutilização, ou estariam eles, os desapropriados, rindo de nós, os expropriadores, ao ver-nos tão felizes por termos comprado as suas armas mas, nunca, as suas almas?

Terra para quem trabalha nela

Multis tem 50 milhões de hectares

MILENE CORRÊA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma articulação de lavradores dentro do Movimento Sindical, que têm por objetivo lutar pela terra e pela Reforma Agrária. Ele está organizado em núcleos, comissões municipais e estaduais e possui uma Coordenação e uma Executiva Nacional.

Reunido em Cascavel, no Paraná, em Janeiro de 1984, num Encontro Nacional, o Movimento discutiu e aprovou alguns dos princípios que delinearam a sua conduta e forma de luta. Entre esses princípios deve-se destacar a necessidade dos participantes em esclarecer quem são os "sem terra" que, afinal, foram definidos como "os trabalhadores rurais que trabalham a terra nas seguintes condições: parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacreiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de cinco hectares". Foi depois deste encontro na cidade



Foto Arquivo O ESTADO

Papanduva: conflito que não deve se repetir

de de Cascavel, quando o Movimento surge como uma articulação nacional de trabalhadores sem terra, que se iniciam as grandes ocupações e os acompanhantes, nos Estados onde o Movimento já está consolidado, como é o caso do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão e outros.

A luta pela Reforma Agrária e por uma sociedade justa e igualitária são alguns dos princípios gerais do Movimento, que

se apoiam em compromissos práticos como a sua articulação e seu fortalecimento, a manutenção do movimento como organização politicamente autônoma, a sensibilização da opinião pública, a união com a luta dos trabalhadores urbanos e dos indígenas, a busca de apoio nas entidades, sindicatos e na Igreja, a divulgação das suas lutas e conquistas, a discussão de formas alternativas de posse e cultivo da terra e a exigência de que o assentamento dos

"sem terra" seja feito nos Estados de origem dos lavradores.

Um dos tópicos que fundamentam o Movimento é o que diz respeito às terras reivindicadas. Dos 850 milhões de hectares da superfície total do Brasil, a área cadastrada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA é de 570 milhões de hectares, dos quais 400 milhões repartem-se em imóveis latifúndios. Essas são algumas das terras reivindicadas pelo Movimento, além das terras de multinacionais, que situam-se entre 30 e 50 milhões de hectares. Há também a área de terras devolutas pertencente ao Estado que, somadas, perfazem um total de 250 milhões de hectares.

Bem, terra é o que não falta, e, como costumam dizer os líderes do Movimento, "se fosse desapropriado apenas um latifúndio em cada, teríamos um total de cinco milhões de hectares. Distribuindo em lotes médios de 15 hectares, daria para assentar 326 mil famílias de trabalhadores sem terra". Convém lembrar, no entanto, que os grandes proprietários e mesmo o Estado, não estão dispostos a entregar suas terras tão facilmente. De 1982 até hoje, conforme levantamento efetuado a partir dos arquivos da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento Popular, já foram assassinados quase quatrocentos lavradores que lutavam pelo direito à terra e, afinal, pelo direito à vida.



Bulhufas, conservadora moderada

FRANCISCO LINS

A conclusão do trabalho das 24 subcomissões é a primeira etapa do processo constituinte, ou seja, o esboço da nova Constituição, que tem o seu desfecho previsto para 15 de novembro.

Se os anteprojetos das subcomissões fossem consolidados num texto único, ele teria uma parte de grandes avanços reformistas e outras de centro-direita. Os progressistas triunfariam nas subcomissões que tratam da ordem social, do trabalho e da participação dos cidadãos. O centro e a direita ganhariam nas questões referentes à ordem econômica.

A esperança dos brasileiros, de ter uma carta constitucional com as reformas desejadas, vai diminuindo com o desenrolar dos trabalhos. A divisão interna do PMDB contribuiu para isso e a palavra de ordem agora é negociação. O líder do PMDB na constituinte, senador Mário Covas, diz que ainda é cedo para dizer se a constituição vai ser progressista ou conservadora. "Tudo vai depender da capacidade de negociação", conclui.

O quadro demonstra que, para a esquerda conseguir vitórias em algumas áreas, terá que ceder espaço para a direita em outras, principalmente na Comissão da Ordem Econômica. O líder do PCB, Roberto Freire, resume a questão: "Eles ganham no capital e nós no trabalho".

Consenso, conciliação, negociação: palavras tão pronunciadas na Assembléia Constituinte, levam o povo a temer pelo resultado final dos trabalhos. As reformas desejadas pela maioria dos brasileiros, dará lugar ao espírito conciliador, defendido por Tancredo Neves ou ficará restritas ao "lobbismo" indistigado e conservadorismo imobilista?

Da euforia à miséria em dois anos

CLARISSA SANTOS

Dívida externa, moratória, superávit comercial, déficit público, são alguns dos vocábulos integrantes da nomenclatura atual divulgada através dos meios de comunicação. O que significa essa terminologia, afinal?

Há quem diga que o montante da dívida cresce a cada dia, mas quais são suas causas e consequências? De que maneira isto afeta a vida do brasileiro?

A história da dívida pode ser analisada através da própria história do país. Ela teve início no Império, pois, segundo os livros escolares, D. João VI literalmente limpou os cofres brasileiros. Transferindo a riqueza tupiniquim ao tesouro português, o rei obrigou o Brasil a contrair seus primeiros empréstimos, confinando o país ao seu destino de dévedor.

Desde aquele tempo, a responsabilidade da dívida vem sendo administrada com cumplicidade pelos sucessores de D. Pedro I. A construção de Brasília, Itaipu, Tucuruí, Complexo de Urubupungá e as Usinas Nucleares de Angra dos Reis, são alguns dos exemplos que contribuíram substancialmente para ampliar a dívida externa.

O Brasil deve hoje ao FMI cerca de US\$ 1 bilhão referente aos juros mensais, que deverão ser pagos até o final do ano. Mas, quem paga? O próprio presidente Sarney afirmou, num discurso de 1985, que a dívida externa não poderia ser paga com a "fome do trabalhador". Naquela época, provavelmente, o atual sucessor do ex-Príncipe-Regente estava prevendo a situação financeira atual, pois o arrocho salarial, aumento de imposto de Renda e pacotes e mais pacotes econômicos são sinônimos de menos dinheiro no bolso do trabalhador.

Durante o ano de 1986, o país vivenciou a euforia causada pe-



lo Plano Cruzado. A partir de março-abril, a grande maioria da população resplandesceu e o governo conseguiu estimular as exportações e, atualmente, tenta conter a demanda do mercado interno adotando um arrocho salarial sem precedentes na história do país.

desatou a comprar. Esse superaquecimento na economia interna refletiu na balança comercial. Produtos de primeira necessidade, como gêneros alimentícios, começaram a escassear. A solução mais imediata foi a importação. Ora, isso interferiu negativamente nos planos do governo, onde a ordem sempre foi exportar, já que a cada ano o Brasil batia recordes em sua balança, fechando-a sempre com superávits comerciais, provocados justamente pelo volume de exportações, e que tinham como finalidade única tentar pagar alguma coisa dos juros da dívida.

Mas, e quanto ao povo? A explicação cabível caiu em torno da palavra ESPECULAÇÃO. Nem sequer cogitou-se falar em recessão, pois o país estava passando por uma época de ouro, na aparência.

O descongelamento dos preços marcou o fim do sonho cor-de-rosa, e o monstro da inflação voltou a tormentar a vida dos brasileiros.

HUMOR

Contorcionismo

cerebral

A verdade é que há várias concepções enganosas para esclarecer o contorcionismo cerebral. Partindo do direcionamento do acúmulo, envolvendo-se em um cunho teórico incipiente, a visão que se vê não é bem por aí. Com o advento do potencial revolucionário e da heterogeneidade, a questão de equívocos ampliou-se. Hoje já se estabelece essa mediação, graças a um acúmulo histórico. O mecanismo filosófico aliado a questionamentos e interpenetrações, trouxe à questão do símbolo uma vertente para clarear. Esta vertente nada mais é do que o motor histórico, o avivar das contradições que capotava para o rural.

Justamente dentro deste impasse, sob os auspícios da identidade simbólica, a construção é super delicada em dois aspectos: o patati-patatá e o esforço unilateral. A nível imeditato, o raciocínio lógico da sociedade funcional jogou os elementos na panela. Qual o gancho? O ponto de

evolução e o de ficção mostraram que a polarização das forças perdeu com mais produtividade. Os aliados naturais existem, não se pode negar. Neste vai-e-vem tão distinto quanto parece, a questão da viabilidade é de um todo uniforme. A barreira do telegráfico nos mostrou uma visão apocalíptica do inconsciente coletivo.

Com esta sedimentação do ponto de vista apocalíptico, surge uma razão olhística para uma coisa que parecia ser meio feudal. O momento de baixar o cacete, a sistole e a diástole, permeiam-se e levitam nos apoiam numa escala axiológica de raças. Neste axiologismo, o monolítico faz com que laços sejam desenlaçados em cima do estereótipo. Contudo as raízes históricas do contexto atual da realidade conjuntural fizeram do bem possível um mal necessário. É aí que o valor de uso tanto quanto o valor de troca têm revelado o eu histórico social, criando o potencial de lucro. (R.C.V.)

Enquanto isso no rádio do ônibus que vai para UFSC...



Qualquer semelhança não é mera coincidência

MEU NOME É DANIEL...



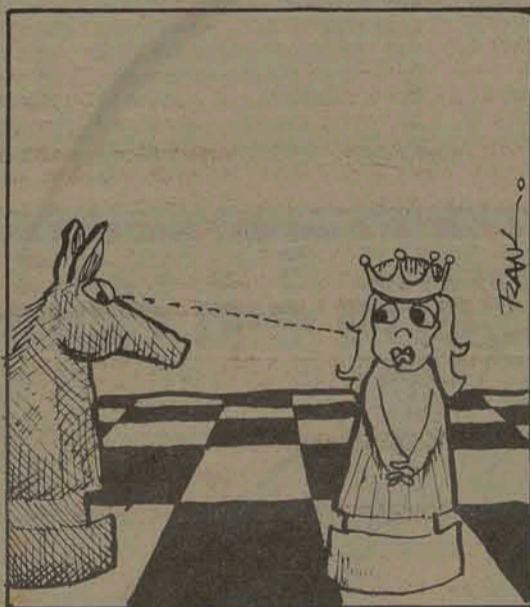
FAÇO JORNALISMO...



MAS SOU UMA BOA PESSOA, TÁ?



FRANK.



Pára-choque

A vida e o jogo de xadrez: grandes batalhas onde os reis nunca morrem e os peões dos exércitos lutam na linha de frente, como marionetes, destruindo-se uns aos outros. O xadrez e a vida estão cheios de "quadrados", que inutilmente alternam suas cores na tentativa de não parecerem tão iguais. No jogo, as peças brancas têm o privilégio de iniciar a partida, em detrimento das pretas num flagrante "apartheid". A dama,

apesar de sua força, é escrava do rei e está sujeita a ser comida por todas as peças, indiscriminadamente. É um verdadeiro estupro. Até mesmo os representantes eclesiásticos — os bispos — tomam parte dessa orgia, na qual também entram ganhões insaciáveis, os cavalos. A vida não é fácil... Está sempre nos pondo em xeque. Mas o gostoso é que também temos torres para encastelar nossos sonhos, temos rock, e mate com limão. (D.V.)

Se você sorriu, ótimo. Caso contrário, os "culpados" são Dauro Veras e Rubens Chaves Vargas (textos) e Frank Maia (desenhos). O diagramador prefere não ser perseguido pelo campus...

Camisinhas Trindade

Nos dias de hoje cuide-se
Evite a promiscuidade
Camisinhas Trindade

O perigo se alastra
No campo e na cidade
Camisinhas Trindade

Não tira o prazer
Não afasta o casal
Relacionamento normal

Viva com Camisinhas Trindade
Pode gozar à vontade



O difícil aprendizado de música

ANA LAVRATTI

A música não é a vida real e nem sequer seu reflexo. A música é, por si só, criadora, cria sua própria vida, plena de beleza em sua abstração, ultrapassando os limites do tempo e do espaço.

Você já imaginou a vida sem música? Não? Mas esta proposta não é inviável. Está cada vez mais difícil frequentar uma escola de música ou sobreviver dessa arte no Brasil.

Em Florianópolis há escolas capacitadas para a formação de profissionais, como é o caso da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da OPUS. A UDESC tem como proposta, na área de artes, estimular, apoiar e promover o acesso aos bens culturais, e preservar seus valores através de manifestações artísticas. A Escola de Música do Centro de Artes da UDESC, com nove pianos e 220 alunos, tem sempre suas vagas preenchidas, geralmente com um ano de antecedência. O motivo dessa procura é o excelente nível dos professores e a mensalidade de apenas Cz\$ 183,90 com a possibilidade de 80% de desconto caso o aluno não possa pagar.

A UDESC oferece cursos de violino, flauta, piano, violão, oboé, sax, clarinete, flauta transversa, violoncelo, canto, coral, todos acompanhados de teoria musical. A professora de iniciação à música, Diva Bessen, acredita que os alunos que não têm interesse gradualmente vão desistindo. Durante o mês de maio, a UDESC promoveu quatro encontros denominados Momentos de Villa-Lobos, em comemoração ao centenário de nascimento do compositor. Os alunos se apresentaram e a participação foi aberta ao público.

As escolas particulares têm como pior adversário a crise financeira. A OPUS, por exemplo, esse ano apertou por um "saneamento". Está trabalhando com um menor número de professores, porém, com mais alto nível de ensino. Um de seus diretores, Luiz Ekke Moukarzel, afirma que a OPUS não tem fins lucrativos. A mensalidade da escola, que é Cz\$ 600, fica dividida em 70% para os professores e 30% para a escola — pagamento de funcionários, aluguel do prédio, etc. Um fator que gera desistência dos alunos é o elevado preço da mensalidade. Devido à conjuntura do país, o ensino de música não recebe subsídios o que impede a concessão de bolsas de estudos, mesmo para os alunos esforçados e talentosos.

A OPUS oferece cursos de piano, técnica vocal, dicção e violão popular, todos com certificado registrado na Secretaria de Educação. Mensalmente, a OPUS promove uma semana de aulas coletivas, onde os alunos apresentam sua música junto com filmes e slides. No primeiro encontro que realizou-se dia 26 de maio, foram feitas homenagens a Villa-Lobos pelos alunos de canto da professora Terezinha Simas Aguiar. Esses encontros são importantes para a conscientização dos alunos de que um bom músico necessita de muito investimento, tem-

Aqui, as opções de ensino para uma profissão desvalorizada. Situação que alguns músicos querem mudar.



Foto-Arquivo/Zero

Músicos querem público mas também sua carta sindical

po e técnica, todos requisitos que as escolas de música particulares nem sempre têm condições de preencher em razão de suas limitações e propostas. Na opinião da professora Terezinha, que estudou música na Europa durante sete anos e está entre as melhores mestras de canto do sul do país: "talento é imprescindível, mas sem muito esforço não se forma um bom profissional". Uma frustração de Terezinha é ver seus alunos com ambições profissionais, serem desestruturados quando se defrontam com a realidade do músico no país.

A música no Brasil é um grande negócio, menos para o músico, no que se refere à remuneração. Geralmente são oferecidas "gorjetas" para a apresentação de um músico que, por sua vez, tem que trabalhar muito para sobreviver e fica sem tempo para praticar sua própria técnica. Terezinha sugere a organização de encontros musicais em Florianópolis para valorizar o potencial artístico-cultural dos músicos catarinenses e proporcionar a troca de experiências.

A Escola de Música Hélio Amaral, dirigida por Maria Luiza Amaral, conta com aproximadamente 80 alunos de sete à 62 anos. Para aperfeiçoar os alunos de piano, a escola traz mensalmente, do Rio de Janeiro, o pianista Luiz Henrique Senise, que dá aulas de técnica e interpretação pianística.

Na opinião dos diretores das escolas, a música tem muita procura, mas a rotatividade nas escolas é muito grande. Da mesma forma que entra, muita gente abandona as aulas por diversas razões — estudos, vestibular, proibição dos pais, emprego e outros motivos.

A existência de professores que ministram aulas em suas casas ou nas casas dos alunos deve-se a dois motivos: professores que não querem dividir a mensalidade do aluno com a escola, ou professores não capacitados que não conseguem emprego nos conservatórios. Às vezes os professores fazem cursos nas escolas, que não oferecem currículo completo, e já saem dando aulas. Assim, são professores sem preparo que enfrentam alunos

igualmente despreparados. Estes, por sua vez, dificilmente encaram a música clássica como o básico para se tocar qualquer tipo de música, escolhendo na maioria das vezes o processo contrário. Querem tocar jazz, popular, menos música erudita que exige maior rigor técnico. O ideal, porém, seria que os alunos procurassem conservatórios que têm papel importante na divulgação da música. Existem escolas na cidade que já tem condições de buscar um maior profissionalismo mas isso esbarra na falta de apoio e de pessoas especializadas.

Há também a ausência de instituições que levem a sério a divulgação da música erudita. Existem pequenos grupos de pessoas interessadas, que frequentam concertos ou assistem a apresentações de coros, mas o público atingido é pequeno. Além disso, a profissão de músico é pouco reconhecida. Muitos acham que música não é profissão porque os músicos gostam do que fazem, porém esquecem que o ideal é todos trabalharem com o que gostam.

É urgente que os músicos tomem consciência da força de sua personalidade cultural.

LUTA PELA ASSOCIAÇÃO

A Ordem dos Músicos do Brasil, com 35 delegacias em Santa Catarina é uma entidade governamental para fornecer carteira profissional e tem caráter essencialmente fiscalizador. Em Santa Catarina há 11.528 músicos registrados entre os quais 3200 estão na capital. A OMB funciona em Florianópolis desde 1962 e é vinculada ao Ministério do Trabalho. Ano passado foram feitas 455 provas para se filiar à OMB, e 253 foram reprovados. Como a ordem só oferece aos seus filiados um advogado para solucionar questões jurídicas, os músicos de Florianópolis movimentaram-se novamente e estão batilhando para requerer a carta sindical junto ao Ministério do Trabalho, para transformar a Associação Profissional dos Músicos da Grande Florianópolis em sindicato. Houve uma nova eleição da diretoria e para presidente foi eleito Luiz Moukarzel, que quer a adesão do maior número de participantes possíveis na Associação, para que ela se torne cada vez mais forte.

ESCOLA GRATUITA

Uma opção para quem quer aprender música é o Centro Suzuki de Florianópolis que apoia o Projeto Espiral, um programa de INM/FUNARTE que se destina à formação de instrumentistas de cordas. Em Santa Catarina o Projeto Espiral é mantido pelo Governo do Estado através da Fundação Catarinense de Cultura. Totalmente gratuito, o método Suzuki desenvolve uma filosofia de educação através da música e quer ser um fator de integração familiar. É uma atividade ultramoderna trazida do Japão pelo maestro e professor Carlos Alberto Angioletti Vieira e já conta com três orquestras, divididas por níveis. Carlos Alberto recebe da Fundação Catarinense de Cultura uma pequena quantia mensal para ministrar aulas aos 80 participantes da Orquestra Espiral Suzuki e é auxiliado por seis monitores que ele mesmo formou.

A maioria dos alunos de música de Florianópolis não tem ambição profissional. Estudam por "hobby". Os poucos que preocupam-se com a profissionalização apresentam suas frustrações: falta de garantia que justifique toda a dedicação necessária e o futuro incerto do músico profissional. Estudar música no Brasil ainda é uma questão de amor à arte.

Lia Rejane, musicoterapeuta do Rio de Janeiro, acredita que atividades musicais ou uma educação musical bem feita deveriam ser parte do ensino básico de todas as crianças, porque a música é altamente terapêutica.

ESCOLA DE ARTES NA UFSC

A hipótese de formação de uma escola de artes na UFSC é facilmente descartada. Os motivos são simples: falta de espaço físico, falta de verbas, falta de professores graduados e falta de apoio do Reitor que acredita que a UDESC é suficiente para suprir a procura na área.

“Economia mata mais que polícia”

Os 12 anos de exílio não silenciaram o intelectual

CARLOS LOCATELLI

Separar um homem de sua terra natal, de seus laços culturais, políticos e humanos é um castigo duro, talvez pior que a própria prisão. O escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano viveu essa experiência durante doze longos anos. Primeiro foi a expulsão de seu país, depois da Argentina onde havia sido recebido. Nos dois casos pelas ditaduras militares. Sua atuação destacada no combate à opressão, através de sua atuação jornalística, fez dele um alvo constante dos ditadores. Galeano foi perseguido por defender a verdade.

Aos 14 anos ele desenhava para o semanário *El Sol*, do Partido Socialista. Depois, foi bancário. Aos 20 anos, abandona o emprego e vai para Buenos Aires trabalhar na revista *Che*. A experiência durou pouco, pois a polícia argentina fechou a revista porque ele apoiou uma manifestação de ferroviários grevistas. De volta ao Uruguai, ele participou do jornal *Época*, que também lutava pela liberdade de expressão. Nesse período, era comum ele e os outros editores do jornal amanhecerem presos. No início de 73, a convite de Fico Vogelius, Galeano retorna a Buenos Aires para dirigir a revista *Crisis*, recém fundada. *Crisis* foi o motivo que levou o governo militar argentino a repetir, em 1976, a atitude dos comandantes uruguaios em 73: Galeano estava novamente exilado. Da Argentina para a Espanha, de onde retornou, há dois anos para Montevidéu, beneficiado pela anistia do governo atual.

Crisis

A revista *Crisis*, fundada em fevereiro de 73, queria devolver as palavras às pessoas. Uma palavra que havia sido tirada por um sistema que desprezava os indivíduos. Ela publicava poemas, contos, desenhos, relatórios e reportagens sobre os mais diversos assuntos que interessassem à coletividade. Do petróleo às comunicações, do ensino mentiroso de História nas escolas, até as denúncias de multinacionais, que vendiam produtos e ideologias. Logo após o golpe militar de 76, o governo publicou o novo Código de Censura. Estavam proibidas as reportagens, as entrevistas e as opiniões não especializadas. Para *Crisis* era o fim. Depois de pouco mais de três anos e muito sucesso, a revista fecha em julho no mesmo ano de golpe. Mas foi enterrada em pé, como sempre viveu, segundo seus editores.

Veias Abertas

Antes de escrever o seu principal livro: *As Veias Abertas da América Latina*, Galeano havia percorrido muitos países do continente. Esteve no Chile, na Nicarágua, e presenciou a pior crise da revolução cubana, no fim dos anos 60. Ele estudou muito, baseou-se em dados reais e conseguiu escrever um livro brilhante. A pobreza dos homens, o colonialismo, o capitalismo, o problema da terra, e muitos outros são abordados de forma clara e objetiva. Curiosamente, o livro foi traduzido primeiro para o espanhol, italiano, holandês e até para o turco, para depois ser traduzido para o português, apesar dos problemas estruturais brasileiros também serem tratados na obra.

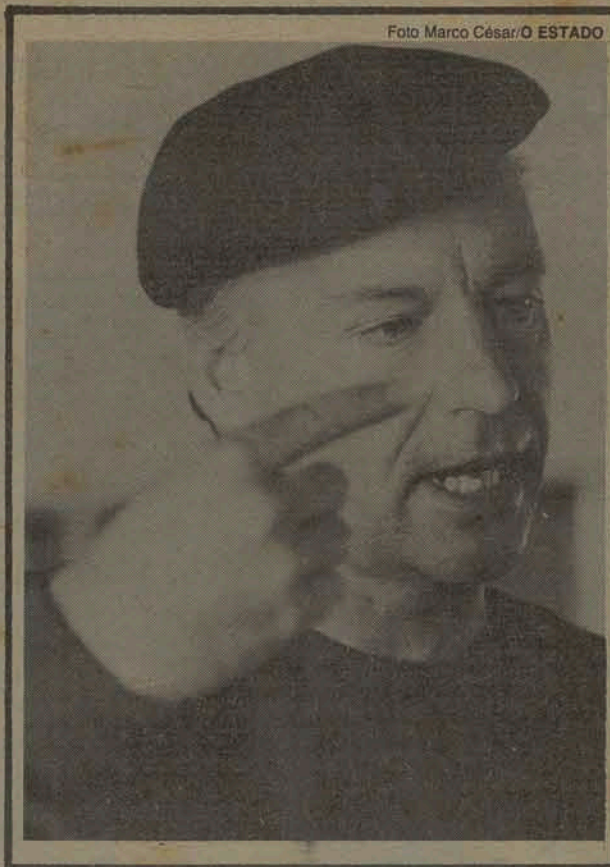


Foto: Marcó César/O ESTADO

Galeano: “Medo é inimigo da liberdade”

“Imprensa mente não só pelo que fala, mas pelo que cala”

ANALÚ ZIDKO

“Devemos resgatar cultura indígena, que nos dá chaves muito importantes para construir um mundo diferente desse mundo, cada vez mais parecido com um campo de concentração...” a frase é do escritor e jornalista uruguaio, Eduardo Galeano, que conversou mais de duas horas com o público que se aglomerou no Plenário da Assembléia Legislativa, dia 9 de junho passado. Galeano, que é autor do livro *As Veias Abertas da América Latina*, veio a Florianópolis atendendo convite do Centro Acadêmico Livre de Letras (CALL) e do Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NELA).

Não houve a tradicional exposição inicial e o escritor propôs-se a um bate-papo com o público. Lembrou que as preleções “invariavelmente são chatas...”

COLONIALISMO

Questionado quanto a capitalismo e socialismo na América Latina, declarou que “o socialismo já é praticado em nosso continente: as perdas são socializadas e os lucros privatizados”. Quanto ao capitalismo, comentou ser ele “um produto de importação”, pois não foi criado pelos índios e sim trazido pelos colonizadores, que o implantaram aqui na América, sendo portanto, um sistema estranho a nós. Um estrangeiro.

Galeano foi enfático quando falou da cultura da América Latina, afirmando que “fomos programados para copiar” e que no nosso meio há uma total submissão à cópia e a criação é alienada. Para ilustrar suas colocações, ele citou como exemplo os nossos artistas continentais, que não são valorizados em seus países de origem por serem do povo e retratarem esse povo, ao invés de se sujeitarem às regras estéticas do primeiro mundo. Para o escritor, existe um esquecimento quase compulsório da cultura popular; é que nós somos “ecos de outras vozes e sombras de outros corpos”. Essa cultura importada, adicionada ao medo — que permanece mesmo depois do fim das grandes ditaduras, sob a capa da censura, e os sonhos que são as constituições —, impedem a libertação da grande massa latino-americana.

PALAVRA E PODER

“Quem tem o poder tem a palavra, senão não teria o poder” assim Galeano definiu imprensa, imprensa alternativa e sua função na América Latina. Criticou os meios de comunicação que mentem “não só pelo que falam mas pelo que calam”, e ressaltou a importância de um mercado alternativo que rachasse o muro e, se infiltrando através dele, pudesse revelar o que nos é omitido pela grande imprensa. Deixa claro, porém, que as possibilidades de mudanças no campo social, através de um jornalismo independente e contestador, são muito pequenas. A imprensa esquerdista, por ser muito “difícil de ser engolida”, é sempre muito censurada. A censura invisível, na sua opinião é a pior, pois ela não é imposta por nenhum regime: existe “pelo próprio peso das coisas”. Estamos acostumados a uma sociedade que marginaliza a maioria de seu povo no acesso à cultura.

ALERTA

Para Galeano é preciso haver um equilíbrio, nos países que se dizem democratas, entre a economia e o sistema de relação entre pessoas. Alertou que a “economia na América Latina mata mais que a polícia, que já mata muito”. Quanto ao Brasil, Galeano o coloca entre os países onde ainda persiste um sistema escravocrata, e compara a situação de multidões de trabalhadores marginais, submetidos a um regime capitalista, à situação do escravo. Para ele, a realidade surrealista do país retrata o que acontece no resto da América Latina. Uma América tomada pelo medo, um temor que existe dentro de cada um, de agir, de ser, de transformar, de se transformar. “O medo é inimigo da liberdade e parente muito próximo da morte”.

Ao final do encontro, Galeano relatou o triste fim de muitos livros e jornais existentes no Brasil, todos convertidos industrialmente em papel higiênico: “Isto é o que a América faz pela sua memória”.

Além de *As Veias Abertas da América Latina*, sua obra mais famosa, foram publicados outros seis livros de Eduardo Galeano no Brasil: *A Caça de Nossa Gente*, *Dias e Noites de Amor e de Guerra*, *Memórias do Fogo*, *Nascimentos e Vagamundo*, pela Editora Paz e Terra; *As Caras e as Máscaras* pela Nova Fronteira; e *A Pedra Arde* pela Loyola. A Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina dispõe somente de quatro títulos: *A Pedra Arde*, e *As Caras e as Máscaras*, *Dias e Noites de Amor e de Guerra* e *As Veias Abertas da América Latina*. (C.L.)